

#### ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL PREFEITURA MUNICIPAL DE LAGOA BONITA DO SUL

Projeto de Lei nº 1.789/2022

Em 15 de Junho de-2022.

Altera o Art. 39 da Lei Municipal nº 1.469/2017, de 18 de Setembro de 2017, que Estabelece o Plano de Carreira e Remuneração do Magistério Público Municipal de Lagoa Bonita do Sul, Institui o Respectivo quadro de cargos e funções e dá outras providências.

**Art. 1º** Fica alterado o Art. 39 da Lei Municipal nº 1.469/2017, de 18 de Setembro de 2017, que Estabelece o Plano de Carreira e Remuneração do Magistério Público Municipal de Lagoa Bonita do Sul, Institui o Respectivo quadro de cargos e funções e dá outras providências, que passa a ter a seguinte redação:

"Art. 39 O vencimento básico dos cargos efetivos, cargos em comissão e o valor das funções gratificadas são definidos da seguinte forma:

I - Cargos efetivos:

Denominação	Vencimento Básic		
Professor 22 horas/semanais	R\$ 2.115,09		
Supervisor Educacional 40 horas/semanais	R\$ 3.845,63		
Orientador Educacional 40 horas/semanais	R\$ 3.845,63		

 II - Cargos Efetivos de Professor, enquadrados nos Níveis Especiais em Extinção, criados na forma do art. 50 das Disposições Finais Transitórias:

Formação		Vencimento Básico
Normal de Nível Médio	22 horas/semanais	R\$ 2.115,09

III - Cargos em Comissão e Funções Gratificadas:

Denominação	CC/Código	Vencimento Básico	FG/ Código	Valor
Coordenador Pedagógico	CCM 01	R\$ 2.115,09	FGM 01	R\$ 1.057,55

Parágrafo Único: O Professor integrante do nível especial em extinção permanecerá em exercício de suas atividades e integrará o nível correspondente até que adquira a formação em Licenciatura Plena, nos termos do que dispõe a Lei Federal de nº 9.394/96 e as normas instituídas por esta Lei, oportunidade em que ingressará, automaticamente, no nível 1, sendo que sua remuneração passará a ter como base o vencimento básico definido na tabela de pagamento do inc. I deste artigo." (NR)

- Art. 2º Aos contratos temporários de professores fica assegurada a percepção das diferenças remuneratórias previstas nesta lei.
- **Art. 3º** As despesas decorrentes desta Lei serão atendidas por conta das dotações próprias do Orçamento para o exercício de 2022.



**Art. 4º** As disposições previstas nesta Lei entrarão em vigor na data de sua publicação, produzindo efeitos a contar de janeiro de 2022.

Gabinete do Prefeito Municipal de Lagoa Bonita do Sul, em 15 de Junho de 2022.

## Luiz Francisco Fagundes, Prefeito Municipal

#### JUSTIFICATIVA:

Prezados Vereadores,

Encaminhamos para apreciação e deliberação, o presente Projeto de Lei que Altera o Art. 39 da Lei Municipal nº 1.469/2017, de 18 de Setembro de 2017, que Estabelece o Plano de Carreira e Remuneração do Magistério Público Municipal de Lagoa Bonita do Sul, Institui o Respectivo quadro de cargos e funções e dá outras providências.

O referido Projeto de Lei tem por objetivo unicamente implementar a atualização do piso salarial nacional do Magistério, que estabelece o valor de R\$ 3.845,63 para a jornada de 40 horas semanais, de modo que, no âmbito Municipal, passa a ser adotado o valor de R\$ 2.115,09 como vencimento básico para o Nível 01, Classe "A", observada a jornada de trabalho de 22 (vinte e duas) horas semanais, previstas no Art. 39 do Plano de Carreira do Magistério.

Destacamos que referido reajuste vai ser pago a contar do mês de janeiro do corrente ano, garantindo o pagamento do Piso Nacional do Magistério aos professores do Município, a contar de sua vigência.

Desse modo, solicitamos a aprovação do presente projeto com urgência, possibilitando que os novos valores já sejam pagos na folha de pagamento de junho.

Luiz Francisco Fagundes, Prefeito Municipal



# IMPACTO ORÇAMENTÁRIO E FINANCEIRO Nº 002/2022

DATA: 07/04/2022

DISPOSITIVO LEGAL: Art 16, inciso I e § 4º inciso I da LC 101/2000.

**FINALIDADE:** Concessão de aumento real para atingir os valores previstos para o piso do magistério.



# IMPACTO ORÇAMENTÁRIO E FINANCEIRO Nº 002/2022 Art 16, inciso I e § 4º inciso I da LC 101/2000

O presente impacto orçamentário e financeiro tem como objetivo o estudo da viabilidade orçamentária e financeira com a finalidade atingir os valores previstos para o piso do magistério, sendo o percentual de 11,05% para os professores nível I e nível II e 13,99% para os professores do quadro de extinção.

# I - IMPACTO ORÇAMENTÁRIO E FINANCEIRO

Para a projeção da despesa servirá como base de cálculo a folha de pagamento do magistério referente ao mês de março de 2022, conforme demonstrado a seguir:

Elemento	31901100 – Vencimentos e vantagens fixas		31900400 – Contratação por tempo determinado	31901300 – Obrigações patronais		Total
	Nível II	Extinção	Nível I	Nível I e II	Extinção	
Valor/março	82.466,27	5.766,90	17.403,83	17.805,61	1.326,99	124.769,60
Percentual %	11,05%	13,99%	11,05%	11,05%	13,99%	
Aumento R\$	9.112,52	806,79	1.923,12	1.967,52	185,64	13.995,59
Total	91.578,79	6.573,69	19.326,95	19.773,13	1.512,63	138.765,19

Conforme demonstrado acima o valor total da folha de pagamento do magistério no mês de março/2022, considerando todas as despesas, somou o montante de R\$ 124.769,60.

Acrescentando os percentuais de 11,05% para os professores do nível I e II e o percentual de 13,99% para os professores do quadro de extinção totalizou o valor de R\$ 138.765,19, sendo que o acréscimo mensal é de R\$ 13.995,59.

#### Dotação Orçamentária:

A seguir será demonstrada a dotação orçamentária disponível e a necessária para os gastos com a folha de pagamento do magistério até o final do exercício de 2022, sendo que os valores referentes ao aumento real retroagirão a janeiro de 2022.



#### ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL PREFEITURA MUNICIPAL DE LAGOA BONITA DO SUL

Ação: 05.001.0012.0361.3004.2008 - Manutenção das atividades do Ensino Fundamental Ação: 05.001.0012.0365.3005.2009 - Manutenção das atividades da Educação Infantil

Total Saldo disponível Valor mensal Saldo Necessário Diferença de Despesa (valor mensal vezes janeiro a março 9 meses + 13°) 331901100 -1.011.496,22 98.152,48 981.524,80 29.757,93 1.011.282,73 Vencimentos e Vantagens Fixas 331900400 -199.038,86 199.422,68 193.269,50 5.769,36 Contratação por 19.326,95 tempo determinado 331901300 -219.822.76 6.459,48 219.317.08 Obrigações 21.285,76 212.857,60 patronais

## II - COMPATIBILIDADE COM O PPA, LDO E LEI DE ORÇAMENTO

No tocante à compatibilidade do aumento proposto com o PPA e a LDO, segundo que dispõe o art. 16, § 1º, inciso II da Lei Complementar nº 101/2000 (LRF) considera-se compatível a despesa quando a mesma se conforme com as diretrizes, objetivos, prioridades e metas previstos nesses instrumentos e não infrinja qualquer de suas disposições. Nesse sentido, a despesa proposta é compatível com o PPA e a LDO.

Já em relação a adequação orçamentária, o art. 16, § 1º, inciso II da Lei Complementar nº 101/2000 (LRF) entende que estará adequada a despesa quando houver dotação específica e suficiente, ou que esteja abrangida por crédito genérico, de forma que somadas todas as despesas da mesma espécie, realizadas e a realizar, previstas no programa de trabalho, não sejam ultrapassados os limites estabelecidos para o exercício.

Assim, considerando os valores consolidados previstos no orçamento, aqui entendidos como os créditos genéricos a que refere a LRF, tem-se que existe saldo orçamentário suficiente para o aumento proposto nas despesas com pessoal.





# III - IMPACTO SOBRE A RECEITA CORRENTE LÍQUIDA

Para o cálculo da despesa com pessoal foi tomado como base o valor total gasto nos últimos 12 meses acrescido do aumento real para o magistério e a projeção da inflação média anual (IPCA) para os próximos exercícios (2023 e 2024).

Já para a projeção da RCL (2022, 2023 e 2024) foi usado como base o arrecadado no último exercício mais a previsão da inflação média anual (IPCA) e o crescimento esperado do PIB.

Dessa forma, o quadro abaixo demonstra a evolução das despesas com pessoal do Poder Executivo nos últimos 03 exercícios encerrados e sua projeção para os próximos exercícios de 2022, 2023 e 2024:

% / RCL	Gastos Com Pessoal	Rec. Corrente Líquida	Exercício
42,12%	6.029.844,31	14.316.401,44	2019
45,54%	6.681.944,85	14.671.823,50	2020
38,89%	6.741.810,78	17.340.753,19	2021
	Valor com o aumento dos 17,50% mais o aumento do magistério		
	8.058.115,27	17.340.753,19	
	+ IPCA 7,09%	+ IPCA 7,09% + PIB 0,51%	2022
46,23%	= 8.629.435,64	=18.664.920,67	
	8.629.435,64	18.664.920,67	
	+ IPCA 3,90%	+ IPCA 3,90% + PIB 1,21%	2023
45,68%	= 8.965.983,63	= 19.627.506,09	
	8.965.983,63	19.627.506,09	
	+ IPCA 3,25%	+ IPCA 3,25% + PIB 2,03%	2024
44,77%	= 9.257.378,10	= 20.676.787,66	

Portanto, conforme demonstrado na projeção acima, em nenhum exercício a despesa com pessoal ultrapassa os limites definidos na Lei de Responsabilidade Fiscal.





# RESULTADO DO IMPACTO ORÇAMENTÁRIO E FINANCEIRO

- a Atende ao exigido no art. 20 inciso III, da LC 101/2000, que o Gasto com Pessoal não ultrapasse a 54% da Receita Corrente Líquida para o Executivo.
- b Atende ao exigido no art. 22, parágrafo único da LC 101/2000, não ultrapassar os 95% do estabelecido no art. 20 inciso III, ou seja, 51,30% da Receita Corrente Líquida para o Executivo.
- c Portanto, o parecer é favorável, pois considerando o impacto orçamentário e financeiro apresentado, nota-se como possível a execução do objeto pretendido limitados aos valores constantes neste demonstrativo.

Lagoa Bonita do Sul, 07 de abril de 2022.

Marizete Pens Contadora CRC/RS 66.353/0-9



## DECLARAÇÃO DO ORDENADOR DA DESPESA LRF Art. 16 inciso II

Eu, Luiz Francisco Fagundes, Prefeito Municipal de Lagoa Bonita do Sul, no uso de minhas atribuições legais e em cumprimento às determinações do inciso II do art. 16 da Lei Complementar 101-2000, na qualidade de Ordenador de Despesas, e à vista da estimativa do Impacto Orçamentário-Financeiro que visa conceder aumento real de 11,05% para os profissionais da educação nível I e nível II e 13,99% para quadro de extinção do magistério, DECLARO existir recursos orçamentários e financeiros para a execução das despesas decorrentes do aumento proposto, conforme parâmetros macroeconômicos projetados, estando adequados aos percentuais estabelecidos pela legislação em vigor, em especial a Lei de Responsabilidade Fiscal.

Lagoa Bonita do Sul, 7 de abril de 2022.

Luiz Francisco Fagundes Prefeito Municipal